

## REFLEXÕES INICIAIS SOBRE A NOÇÃO DE “BRASILEIRISMO” EM DICIONÁRIOS: a construção de uma memória sobre a língua

Kelly Fernanda Guasso da SILVA<sup>1</sup>

Luiza Boézio GREFF<sup>2</sup>

### RESUMO

A partir das perspectivas teóricas da Análise de Discurso (AD) de linha francesa e da História das Ideias Linguísticas, propomos uma reflexão acerca da noção de **brasileirismo** e de suas possíveis relações com o que entendemos por língua, conhecimento linguístico, política linguística e historicidade da Língua Portuguesa (LP) do/no Brasil, analisando materialidades discursivas presentes na apresentação e/ou prefaciamento de dicionários produzidos durante a segunda metade do século XX. Com o objetivo de perceber como a forma-sujeito se relaciona com a língua a qual descreve e da qual faz parte, considerando o sujeito em sua dimensão histórica e a produção de sentidos a partir do discurso em funcionamento, buscamos suporte nas ideias teóricas desenvolvidas por de Sylvain Aurox (1992), Eni Orlandi (1998) e Eduardo Guimarães (2005), entre outros, e, nesse viés, refletimos, também, sobre discurso, sujeito e instrumentos linguísticos. Destacamos de nossas conclusões iniciais, por exemplo, não só que o processo de constituição da Língua Portuguesa remete à unidade (imaginária) da língua para a formação da sua identidade, mas também que essa unidade reconhece a variedade linguística presente no país.

**Palavras-chave:** Brasileirismo. Dicionários. Análise de Discurso.

### 1 PRIMEIRAS PALAVRAS

Situados em um lugar teórico que articula as reflexões da História das Ideias Linguísticas e da Análise de Discurso (AD), tal como vêm sendo desenvolvidas no Brasil, consideramos o objeto dicionário como um instrumento linguístico. Tal posicionamento implica que o compreendamos em sua constituição discursiva, apresentando relação constitutiva com a história, a ideologia e a sociedade. Assim sendo, embora provoque um efeito de sentido que o coloca num lugar de “guardião” da língua, configurando um espaço em que residiria o todo (ilusório) do conhecimento sobre a mesma, o dicionário constitui-

---

<sup>1</sup> Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM). Bacharela em Letras e Literaturas da Língua Portuguesa pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **E-mail:** kellyguasso@gmail.com

<sup>2</sup> Mestranda em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Maria (PPGL/UFSM). Graduada em Letras – Português – Licenciatura pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). **E-mail:** izabgreff@gmail.com

se de um discurso que é determinado pelas condições de produção (CP) em que se dá, pelas teorias linguísticas em voga nessas CP e, como todo discurso, pela interpelação ideológica.

Em uma leitura discursiva, não cabe considerarmos os dicionários como esses “guardiões” inquestionáveis, objetos de saber absolutos e completos, espaço que guarda todas as palavras e de todos os sentidos possíveis – pois, a partir das reflexões propostas pela AD, entendemos que o sentido pode sempre ser outro. O nosso objetivo é refletir sobre os efeitos de sentido que suscita o discurso que constitui o(s) dicionário(s) e compreender o funcionamento do mesmo nos estudos sobre a língua e sobre as ideias linguísticas, a fim de enfatizar que o dicionário, enquanto instrumento linguístico<sup>3</sup>, apresenta-se como um objeto para estudo da língua tal como é representada em determinadas CP e que constroem **uma** (e não **a**) memória de saberes sobre a língua<sup>4</sup>.

Retomamos Pêcheux e Gadet (2004) para pensar a língua nacional como elemento de suma importância no processo de constituição das nações – tal como conhecemos hoje – mobilizada em um ambiente de exercício de política(s), tornando-se uma ferramenta de dominação, unificação e estabilização do Estado Nacional. Compreendemos que tal mobilização da língua como peça de um jogo político orienta-nos a pensar na ideia de Política Linguística, tal como nos apresenta Orlandi (1998). Assim, entendemos que o processo de produção de um dicionário atende a interesses da ordem do político<sup>5</sup> e da política: que língua interessa instrumentalizar? O que dessa língua interessa instrumentalizar, logo, historicizar, tornar parte de uma memória, construir saberes sobre? Que sentidos dessa língua cabem nesse instrumento?

Em um determinado momento de nossa história, coube aos estudiosos brasileiros da Língua Portuguesa (LP) construir um aparato teórico para a língua que, por uma série de movimentos dos quais trataremos a seguir, é também **nossa**. E assim, atendendo a interesses de autores brasileiros e constituindo um saber **brasileiro** sobre a LP, os instrumentos linguísticos passam a fazer parte também de um processo de descolonização linguística (ORLANDI, 2009), em meados do século XX. Por esse viés, podemos pensar que tais instrumentos estarão de acordo com esse processo e os sentidos evocados por

<sup>3</sup> Noção tomada a partir de Aurox (1992).

<sup>4</sup> Para tais reflexões, tomamos como ancoragem a obra de José Horta Nunes.

<sup>5</sup> De uma perspectiva discursiva, entendemos o político como aquele que possibilita que o sentido sempre pode ser dividido; que o sentido sempre pode ser outro.

**descolonização**, assim, afirmando a língua (nacional e oficial) como **nossa** – uma LP em funcionamento no Brasil, logo, outra língua. Língua que Orlandi (1998) chamará de Brasileira.

Entretanto, não é isso que verificamos na totalidade dos dicionários brasileiros aos quais tivemos acesso. Para nosso estudo, tomamos por objeto dois dicionários brasileiros veiculados nas décadas de 50 e 60, o **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** (FERREIRA [1938] 1963) e o **Dicionário Prático da Língua Nacional** (CARVALHO, [1945] 1955), e buscamos compreender como os efeitos de determinadas Políticas Linguísticas estão em funcionamento e fazem-se sensíveis no discurso sobre a língua.

Nosso estudo justifica-se por interessamo-nos pela noção de **brasileirismo**, sobretudo, por entendermos sua relevância para a produção de sentidos sobre a língua: sabemos, pelo senso comum, que **brasileirismo**, no que tange à língua, configura-se por uma palavra (ou uma construção sintática) própria do Brasil/do brasileiro. Mas, em um processo de descolonização linguística, que efeitos de sentido pode provocar a nomeação de **brasileirismo** para uma categoria de palavras da língua que está em funcionamento **no** Brasil? Como a Política de Línguas (e o funcionamento político da língua) funciona no processo de determinação de que uma palavra é um **brasileirismo** em um instrumento linguístico brasileiro?

No que tange à metodologia de estudo aqui empreendida, à procura de uma interpretação, nos propomos a considerar, em um primeiro momento de análise, a maneira pela qual a LP constituiu-se no Brasil e algumas implicações desse processo. Em um segundo momento, mobilizaremos a questão do nome **brasileirismo** em funcionamento nos dicionários brasileiros, buscando compreender alguns efeitos de sentido desse nome em sua relação com a política de línguas. O que estava em funcionamento política e historicamente para determinar um **brasileirismo** nos dicionários da metade do século XX?

Em seguida, ilustraremos a discussão por meio da apresentação de verbetes relacionados à temática infantil, um recorte necessário para a análise e justificado pelo entendimento de que além dos vocábulos que nomeiam plantas, animais, espaços geográficos do país e que já estão incutidos em nossa memória sobre a língua no Brasil (por sua origem indígena, por exemplo), há uma série de outras palavras em circulação que tem sua possível “origem” nos/pelos sujeitos brasileiros. Assim, mobilizaremos os

vocábulos “amarelinha”, “cabacinha”, “grulho” e “peteca” – brincadeiras populares infantis – e suas definições a fim de desenvolver nossa análise.

## 2 COLONIZAÇÃO LINGUÍSTICA: dominação, política e língua

Em se pensando a LP em funcionamento no Brasil, é necessário que retomemos, ainda que muito rapidamente, a história dessa língua **aqui**. É importante retomar a história do Brasil como país colonizado, construído através de diversos processos de dominação: o domínio português dos mares, dos territórios, das “índias ocidentais” e, por fim, do povo do território “conquistado” que, na ótica do dominador, pertencia a ninguém.

E se não havia “ninguém”, não havia língua, é possível supor. Havia, porém, sujeitos. E havia **línguas**, fato de pouca relevância para os dominadores: quem eram esses sujeitos nus e selvagens, sem Deus e sem Rei, falando uma língua estranha que não era, definitivamente, uma língua de Deus ou do Rei? Eram sujeitos e línguas a serem, também, dominados.

Para o território, empreendeu-se uma política de ocupação das diferentes regiões e dominação dos habitantes originário – mesmo que, para isso, fosse necessário o uso de violência. A Política Linguística adotada não foi muito diferente: os “conquistadores” aprenderam sobre o novo território, seu povo e suas línguas, mas tais conhecimentos atendiam mais a interesses econômicos e políticos do que humanitários. A fim de catequizar, escravizar e explorar ao máximo a nova colônia, as línguas indígenas tiveram um momento de importância para o colonizador – e não para fins de historicizar ou construir uma memória sobre tais línguas locais. Por meio de uma série de processos mais ou menos sutis, impôs-se a língua do colonizador como língua do território brasileiro.

A imposição da LP como oficial na – então – colônia brasileira não se deu sem relação com as línguas autóctones. Antes de a língua europeia ser a mais falada na colônia, houve um período em que a língua-geral, constituída de línguas tupi faladas pela maioria dos indígenas, foi dominante no território.

Retomamos a reflexão de Guimarães (2005) para pensar uma divisão de caráter histórico da LP no Brasil em quatro momentos, considerando “como elemento definidor o modo de relação da LP com as demais línguas praticadas no Brasil” (GUIMARÃES, 2005, p. 24). Compõem esse recorte histórico (1) o período de início da colonização

portuguesa (1532) até a expulsão dos holandeses do território brasileiro (1654), em seguida, (2) o período de 1654 até 1808, com a chegada da realeza à cidade do Rio de Janeiro. Dando continuidade, o autor apresenta o (3) período de 1808 até 1826, quando, após o processo de independência do Brasil (1821-1825), “se formula a questão da língua nacional do Brasil no parlamento brasileiro” (GUIMARÃES, 2005, p. 24). O último período (4), segundo Guimarães (2005), compreende aquele a partir de 1826.

Em cada um desses momentos o autor apresenta as CP que afetaram a constituição da LP no Brasil: sua circulação sofria as afetações oriundas de um deslocamento radical no espaço e, devido a isso, no seu funcionamento entre sujeitos falantes, ainda que ignorados.

Durante o primeiro momento, a LP conviveu não só com o holandês, mas também com as línguas faladas pelos indígenas (línguas que se perderam, línguas que até hoje estão em circulação) e a Língua Geral (que funcionava como a língua franca<sup>6</sup>). Com a saída dos holandeses, não há mais concorrência da LP com outra língua de colonizador (GUIMARÃES, 2005) e as Políticas Linguísticas de Estado voltam-se para a relação da língua do colonizador com as línguas do colonizado: é preciso estabelecer a supremacia da língua do Rei sobre as línguas indígenas e a Língua Geral.

É desse período o **Directório dos Índios** (1757), ação do Marquês de Pombal que previa a proibição do uso da Língua Geral na colônia. “Essa ação, junto com o aumento da população portuguesa no Brasil, terá um efeito específico que ajuda a levar ao declínio definitivo da língua geral no país. O português que já era a língua oficial do Estado passa a ser a língua mais falada no Brasil” (GUIMARÃES, 2005, p. 24). Esse processo é consolidado com a vinda da família real para o Brasil, que promove, entre outros fatos, a importante fundação da impressão régia, oferecendo a possibilidade de instrumentalização da língua.

O último período destacado por Guimarães (2005) compreende aquele a partir de 1826, quando José Clemente (deputado, à época) propõe que os diplomas dos médicos graduados no Brasil fossem redigidos em “linguagem brasileira” (GUIMARÃES, 2005, p. 25; ORLANDI, 2009, p. 176). “Ou seja, a questão da língua portuguesa no Brasil, que

---

<sup>6</sup> Entendemos, a partir de Eduardo Guimarães, na **Enciclopédia das Línguas no Brasil**, que a língua franca é “a língua de intercurso para os falantes de línguas diferentes” ou, ainda, que “é a língua tomada como língua comum de grupos sociais que falam, cada um, uma língua diferente dos outros”. Mais informações sobre o assunto podem ser conferidas em: <[http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua\\_franca.htm](http://www.labeurb.unicamp.br/elb/portugues/lingua_franca.htm)>.

já era língua oficial do Estado, se põe agora como uma forma de transformá-la de língua do colonizador em língua da nação brasileira. Temos aí constituída a sobreposição da língua oficial e da língua nacional” (GUIMARÃES, 2005, p. 25).

Imbricam-se aí questões que nos são caras: o processo de imposição da LP como **língua nacional** – da Nação, “significada como a língua materna de todos os brasileiros” (GUIMARÃES, 2005, p. 25) – e **oficial** – do Estado, “empregada em documentos oficiais e praticada por aqueles que estavam ligados à administração da colônia” (GUIMARÃES, 2005, p. 24) – do Brasil e o papel fundamental da língua no processo de consolidação de uma nação.

Para o primeiro ponto citado, destacamos que essa imposição nos importa no que toca a relação com as línguas indígenas: não houve negociação, desde a gênese do processo de colonização, as línguas indígenas foram colocadas em um lugar de inferioridade.

Ademais, sobre o funcionamento da língua como instrumento de dominação (língua oficial, de Estado), retomamos Pêcheux e Gadet (2004) pensando que é por meio da dominação pela língua que uma nação é construída, pelo efeito de unidade que uma língua nacional é capaz de provocar. Assim, se a LP era a mais praticada no território brasileiro, se a Coroa era portuguesa, se os instrumentos linguísticos e de circulação da língua constituíam-se em LP, que outro efeito que não o de “essa nação é filha de Portugal” poderia obter-se?

Pensamos o processo de dominação em que o sujeito brasileiro constitui-se: é por meio da língua em funcionamento que o indivíduo constitui-se em sujeito e é por meio dela, também, que constrói discursos para significar a si e ao seu mundo. Que efeitos de sentido pode provocar o processo de dominação/colonização linguística que, em última instância, afeta a sujeitos na/da língua?

Se é por meio da língua em funcionamento, do discurso materializado pela língua, que o sujeito adequa-se à norma (e/ou pode transgredi-la), manifesta atravessamentos de ordem social, histórica e ideológica, suscetível à falha, ao equívoco, ao que não se pode controlar – por característica própria da língua –, se é por meio da língua que o sujeito significa, será possível (via Política Linguística, colonizando linguisticamente um povo e um país) apagar em definitivo as marcas de outras línguas que constituem esse sujeito?

Destacamos o século XX como um momento em que se fez possível, não sem

dificuldades, realizar um movimento de produção do conhecimento linguístico sobre a LP que constitui um afastamento entre a (ex-)colônia e o colonizador. É no século XX, desde seu início, que a produção de instrumentos linguísticos **no** Brasil e de autoria de pesquisadores **brasileiros** toma fôlego. E é desse momento histórico que recuperamos dicionários produzidos em 1938 e, depois, em 1945, a fim de analisar como eles se constituem por meio da língua, sendo o nosso interesse perceber, no discurso em funcionamento, os sentidos que mobilizam. O motivo que nos levou a selecionar o **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** (FERREIRA [1938] 1963) e o **Dicionário Prático da Língua Nacional** (CARVALHO, [1945] 1955) foi, portanto, o momento histórico em que foram produzidos.

Dentre os elementos que dão contorno às CP que dão margem para tais produções, “vale destacar que o início do século XX é marcado por um Estado brasileiro já definido e também pela (de)marcação das diferenças linguísticas. Essa época viu florescer, em diferentes regiões do Brasil, as observações de estudiosos no sentido de mostrar a diferença como constitutiva da língua” (PETRI; SCHERER; SCHNEIDERS, 2015, p. 56).

O cenário era favorável e, somado ao crescente interesse e discussão sobre LP que estava em funcionamento no Brasil, transformara-se em um terreno fértil para, mesmo que sem apoio do Estado brasileiro (e seus aparelhos) bem como de Portugal (PETRI; SCHERER; SCHNEIDERS, 2015), se discutissem questões sobre ortografia, fonologia, história da língua. Havia, ainda que não fossem oficializadas, propostas de reformas e acordos ortográficas, anunciando que a produção científica reconhecia o afastamento entre aquela LP que fora trazida ao Brasil e a LP que, séculos depois, configurava-se. Orlandi (2009) acredita que esses movimentos indicam sentidos de independência política no que tange à LP tomada como língua nacional e oficial no Brasil.

Essa independência política é a essência do processo de descolonização linguística: processo que interessa-nos em sua expressão nos instrumentos linguísticos de produção local. Processo que se faz sentir não apenas “na elaboração dos instrumentos linguísticos, na rede institucional”, mas também “em uma série de fatos relacionados que conferem uma nova configuração das relações internacionais”, movimento que constituiria “novos questionamentos e direcionamentos, como os que se referem à questão das políticas de língua, do multilinguismo externo e interno, da ‘lusofonia’”, das relações entre as diversas tradições linguísticas” (NUNES, 2008, p. 111).

### 3 O INSTRUMENTO, A LÍNGUA, A POLÍTICA: o caso brasileiro

Em nossa reflexão sobre dicionários, recuperamos as proposições de Auroux (1992) em **A revolução tecnológica da gramatização**, compreendendo o dicionário como um instrumento tecnológico a serviço da língua e dos saberes sobre a língua. Por esse viés, o dicionário deixa de ser apenas um espaço de compilação de palavras e sentidos, passando a ser concebido como um instrumento de construção de saberes sobre a língua à qual serve de instrumento.

Ancorados pelas reflexões da AD, compreendemos que, nessas relações, as CP são as condições sociais, históricas e ideológicas que o afetam e constitutivas do sentido/efeito de sentido dos discursos. Em nosso estudo, chamamos atenção para o funcionamento da ideologia no discurso: Pêcheux (2009) nos diz que a língua é o espaço em que a ideologia encontra sua materialidade e, compreendemos então, que se o discurso é construído via língua – e via sujeito interpelado pela ideologia e assujeitado a ela –, ele é, inevitavelmente, atravessado pela ideologia.

Tomamos o discurso produzido pelo dicionário como aquele que constrói uma memória social marcada pela relação entre Ciência e Estado (ORLANDI, 2002). Mobilizando um saber (da sociedade) sobre a língua em determinado momento histórico, os dicionários têm “o sentido de uma tecnologia própria à configuração de relações sociais específicas entre sujeitos, na história” (ORLANDI, 2002, p. 105). Os já-ditos sobre a língua (da memória discursiva e do interdiscurso) são mobilizados para esse discurso que é outro, mas que não é inaugural.

Por esse processo retoma-se uma memória de colonização e, ao mesmo tempo, paradoxalmente, de descolonização linguística – a língua está sendo instrumentalizada por brasileiros e para brasileiros, mas não por isso deixa de ser nomeada Língua **Portuguesa**. Mobilizam-se memórias sócio-históricas sobre nossa dominação e independência, ao mesmo tempo que configuram-se novas memórias sobre nossa língua, sua pertença, sua identidade.

Tais movimentos na produção do conhecimento sobre a língua estão ligados a questões de Política Linguística, que Orlandi (1998, p. 12) compreende como “uma política sobre a língua e sobre a produção do conhecimento das línguas”. A autora sugere que a Política Linguística pode ser percebida a partir de três posições distintas: da **unidade**



como valor, sendo essa uma posição do Estado/das instituições frente à língua; da **dominação** como valor, estabelecendo uma relação linguística entre povos/nações/Estados; ou da **diversidade** como valor, considerando os falantes das línguas. Como unidade e diversidade são noções inseparáveis que constituem a língua (nacional) e o Estado, compreendendo a história da constituição do conhecimento no Brasil, Orlandi (1998) propõe que o sentido mais importante da Política Linguística é praticá-la como um trabalho que coloca em relação o político, o sujeito, a língua, as línguas e o saber sobre as línguas.

Compreendemos, então, o dicionário como instrumento de suma importância para o funcionamento das Políticas Linguísticas: provocando um efeito de sentido que remete à unidade da língua (por seu efeito de completude), o dicionário, no caso brasileiro, atuou como promulgador da ideia de que a LP era a língua “una” do país. Tomando as CP desses instrumentos, no cenário da colonização, compreendemos também que há um efeito de sentido que foge à evidência e ao pretendido por essa Política Linguística do colonizador, e que só se manifesta quando da análise do quadro social, histórico e ideológico em que tal produção de discursos sobre a língua se dá: instrumentalizar a LP no Brasil é, também, no processo de colonização, colonizar linguisticamente, como nos apresenta Orlandi (2009).

#### 4 REFLEXÕES SOBRE BRASILEIRISMOS

Assim, ao produzirem-se dicionários de LP no Brasil, vigora uma Política Linguística que atende aos interesses do colonizador: essa língua que é oficial e nacional, que falamos e que significamos nela/e por ela, não é **brasileira**, é **portuguesa**.

É portuguesa a língua que falamos e é preciso atentar para os efeitos de sentido que o nome da língua evoca: uma memória de colonização e dominação que se deu não apenas pelos territórios ocupados, mas pela dominação política via língua (ORLANDI, 2009). Assim, entra em questão, via nome da língua, uma memória de país colonizado e dominado (ORLANDI, 2009).

E não só pelo nome da língua, mas pelo discurso que se constrói sobre ela via instrumentos linguísticos: categorizando as palavras, produzem-se efeitos de sentido que corroboram para essa Política Linguística de dominação e de segregação. Há uma LP em

funcionamento no Brasil e ela é a “nossa” língua, mas não a dos indígenas: as palavras de origem indígena, no discurso dicionarístico, apresentam peculiaridades nas suas definições – são “tupinismos”, por exemplo. Já as palavras remanescentes das várias línguas africanas faladas pelos escravos trazidos no período colonial, são “africanismos”. Tais palavras **estão** na LP, inscrevem-se em um discurso do saber sobre a língua via memória, mas não **são da** LP: são empréstimos, influências, interferências – o que quer que seja, são da ordem do outro, do exótico, do não-pertencente. Há uma outra língua de referência: o tupi, para os tupinismos.

E, por esse viés, o que são os brasileirismos então? A que língua pertencem esses vocábulos que são diferenciados pela sua categorização, separados (pela indicação do não-pertencimento) de todos os outros que são próprios da LP?

Compreendemos que, quando o discurso sobre a língua, construído pelo dicionário, categoriza uma palavra como um brasileirismo, ele está estabelecendo um movimento para fora: dissociando a LP do Brasil da LP de Portugal. Entendemos esse movimento “para fora”, proposto por Orlandi (2002) como uma tomada de posição do sujeito produtor do discurso sobre a língua: afastam-se as línguas de mesmo nome, mas de diferentes funcionamentos e atravessamentos.

Diz-se brasileirismo, mas que sentidos/efeitos de sentido esse nome evoca? Buscamos compreendê-lo, primeiramente, via dicionário: recuperamos a definição para esse verbete no **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**<sup>7</sup> (FERREIRA, 1975) e temos que (1) é uma palavra de locução própria de brasileiro, podendo ser um modismo; (2) aquilo que distingue o que é brasileiro e/ou do Brasil; e (3) sentimento de amor ao Brasil, brasilidade. Tais definições trazem à baila sentidos tanto de uma língua “própria” do Brasil quanto de nacionalismo/ufanismo.

Para uma leitura contrastiva, consideramos o **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa** (1998), de amplo acesso no país também por apresentar-se na plataforma on-line. Para o verbete “brasileirismo”, o instrumento traz as definições de (1) aquilo que é característico do Brasil; (2) expressão peculiar aos brasileiros; (3) aquilo que é próprio da linguagem dos brasileiros; e (4) sentimento de amor pelo Brasil. Tais

---

<sup>7</sup> Além dos dicionários até então elencados por nós – a saber, o **Dicionário Prático da Língua Nacional** (CARVALHO, [1945] 1955) e o **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** (FERREIRA, [1938] 1963) –, mobilizamos nesta análise, também, o que se apresenta no **Novo Dicionário da Língua Portuguesa** (FERREIRA, 1975) e no **Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa** (1998) com o objetivo mesmo de contrastar os discursos produzidos ao longo do século XX.

acepções retomam o apresentado por Ferreira (1975) e ajudam a construir uma pretensa ideia de origem: **brasileirismo**, ser brasileiro, ser **do Brasil**.

Assim, admite-se a ideia de que há uma língua própria do Brasil: essa língua que é portuguesa, mas que está atravessada por elementos diversos e que se constitui como brasileira. Atentamos também para Ferreira (1975) que propõe **brasileirismo** como **modismo**. Isto é: um modo de falar que é admitido **no uso** da língua, na oralidade, mas que, segundo algumas regras gramaticais dessa língua, pode ser inadequado/incorrecto. O **brasileirismo** estaria, então, em um lugar de desvio da norma, de idiotismo da língua. Tal ponderação embasa-se também no que diz Mariani (2008, p. 42):

São “corrupções linguísticas”, são “defeitos do brasileiro” a prosódia e os “termos ou expressões próprias dos brasileiros”. Produz-se, desse modo pejorativo, [...] fala-se de um lugar preconceituoso que mantém uma tradição, a memória de uma determinada significação constitutiva do passado da colônia [...]. (MARIANI, 2008, p. 42).

Esse lugar de desvio atribuído à língua falada em solo brasileiro, que é retratado pela autora, constitui-se em relação ao tradicional Português de Portugal. Uma língua já consolidada em/por dicionários, gramáticas e a própria Literatura Portuguesa – há publicações que datam de 1536, como é o caso da renomada **Grammatica da lingoagem portuguesa**, editada em Lisboa. São momentos históricos diferentes, como podemos perceber, uma vez que o desenvolvimento de uma cultura escrita deu-se bem mais tarde no Brasil.

Buscamos também em gramáticas brasileiras definições para o sufixo **-ismo**, a fim de compreender a formação da palavra **brasileirismo**: em Bechara (2009, p. 360), o sufixo **-ismo** é indicado como “para formar nomes que indicam maneira de pensar; doutrina que alguém segue; seitas; ocupação relacionada com a coisa expressa pela palavra primitiva”. Não há menção ao **brasileirismo**, seja como fenômeno linguístico ou como **modismo**.

Em Cunha (2008), o sufixo **-ismo** é atribuído a: a) doutrinas ou sistemas artísticos, filosóficos, políticos, religiosos; b) modo de proceder ou pensar; c) forma peculiar da língua; d) na terminologia científica. Destacamos que, no item “c”, o autor traz como exemplos “neologismos, anglicismos” (CUNHA, 2008, p. 264). Se anglicismo é um modo de falar ou escrever próprio da língua inglesa, praticado em outras línguas, por um efeito de sentido que nos provoca, comparativamente, **brasileirismo** seria um “modo de escrever próprio da língua brasileira praticado em outras línguas”?

Tomados pelas reflexões apresentadas até o momento, pensamos que tal prática linguística orienta o sujeito a pensar em uma língua brasileira – tal como propõe Orlandi (2009), uma língua que não é feita de “variações”, mas de mudanças, rupturas e diferenças. Ao mesmo tempo, uma língua que “não existe” porque não conta com existência oficial, documentada, instrumentalizada e institucionalizada. Tal *status* pode dever-se, pensamos, a não-aceitação da língua brasileira como “nossa língua”: há uma língua brasileira em circulação, ainda que não a concedamos esse nome e que nossos instrumentos não façam jus a sua existência. É nessa língua, brasileira, que nossas palavras não são “outras”, não são modismos, idiotismos que corrompem uma língua pura, civilizada, do dominador.

## 5 OS DICIONÁRIOS NA TEORIA E NA PRÁTICA: alguns apontamentos

### 5.1 Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa

A primeira edição do **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** (1938), de Aurelio Buarque de Hollanda Ferreira, pela editora Civilização Brasileira S.A. foi muito difundida à época e recebeu diversas edições e reimpressões, apresentando-se como “o melhor dicionário prático do idioma”. Já em seu título e apresentação percebemos que, além de apresentar-se como um dicionário **pequeno**, visa também ser prático, acessível.

No que se refere à teoria da lexicografia discursiva<sup>8</sup>, retomamos Eni Orlandi (2002, p. 103) quando afirma que

[...] compreender como o dicionário funciona é compreender como são as políticas da língua, especialmente o que chamamos a ‘língua nacional’ em sua necessidade de unidade, pensada em sua relação constitutiva com a língua materna, e mais amplamente com a noção de língua. (ORLANDI, 2002, p. 103).

Há no dicionário uma negociação de saberes que visa uma unidade da/na língua que asseguraria (ilusoriamente) uma unidade de sentidos.

Apresentamos, a seguir, como são definidos os vocábulos “amarelinha”, “cabacinha”, “grulho” e “peteca”, definidos como brasileirismos, mobilizando saberes

---

<sup>8</sup> Teoria que apreende o dicionário enquanto discurso. Orlandi (2002) destaca, nessa linha de pesquisa, as produções de Mazière, na França, e de Nunes, no Brasil.

sobre a língua no/do Brasil, na especificidade do contexto de brincadeiras infantis.

*Amarelinha*, s. f. (Bras.) variedade de manga da Bahia; trepadeira silvestre, de flores amarelas com o centro preto, da família das Acanthaceae (*Thunbergia alata* Boj.), também chamada *cu-de-cachorro* ou *cu-de-mulata*; (Leste, Sul e Centro) jogo infantil, que consiste em pular num pé só sobre casas riscadas no chão sem pisar. (FERREIRA, [1938] 1963, p. 61, grifos nossos).

*Cabacinha*, s. f. Cabaça pequena; nome comum a duas plantas da família das cucurbitáceas; a *cabacinha-riscada* e a *cabacinha-verrugosa*; (Bras.) bola de cêra ôca e cheia de água, empregada como projétil nas brincadeiras de entrudo. (FERREIRA, [1938] 1963, p. 202, grifos nossos).

*Grulho*, s. m. (Bras., Rio Grande do Sul) Sabugo de milho que, depois de debulhado, serve para jogo, segurando um cada jogador e dando contra o do parceiro a ver se o quebra. (FERREIRA, [1938] 1963, p. 614).

*Peteca*, s. f. (Bras.) Certo brinquedo feito de couro e penas e que é jogado com a palma das mãos (em Alagoas e outros Estados vizinhos fazem-no com a palha e o cabelo do milho e chamam-lhe *bola-de-milho*); (Nordeste) (V. Estilingue); (fig.) joguete de escárnio. (FERREIRA, [1938] 1963, p. 805).

Verificamos, desde o título da obra, a inevitável recuperação de uma memória do colonizador: não apenas pelo nome da língua, mas pelo destaque do **brasileiro** em oposição ao **português**. Pela instauração, via classificação da palavra, de uma diferença: tais palavras existem na LP falada no Brasil, mas não são **originárias** da LP de Portugal.

Conforme apresentamos anteriormente, tal forma de apresentar a língua e seus vocábulos, estabelecendo categorias que atendem a ideias de “um” (o legitimado) e “outros” (marginais, modismos, idiotismos, estrangeirismos, etc.), estabelece o que Orlandi (2009) concebeu como movimento para fora: afastando línguas, diferenciando a LP europeia, “pura”, e a LP em funcionamento no Brasil, impura, mestiça. É preciso ter sempre em mente que a LP tal qual funciona hoje no Brasil é fruto de fatos que produziram “diferentes modos de dizer que foram constituindo uma outra materialidade linguística com seus diferentes discursos e diferentes modos de significar. Falamos diferente” (ORLANDI, 2009, p. 159). Falamos diferente, pois somos sujeitos diferentes, com diferentes histórias, diferentes origens, diferentes influências, contatos e trajetórias.

Notemos ainda que, retomando a leitura dos verbetes, em três dos quatro selecionados, há indicação das regiões nas quais o brasileirismo em questão está em funcionamento. Tal marcação significa de forma a indicar que, mesmo que tenhamos essa língua outra, ela também é clivada, desigual em si mesma, retomando uma memória de colonização desigual do imenso território brasileiro (evocando memórias das migrações,

conflitos de fronteira, por exemplo).

Seja pela diferenciação/separação da LP europeia e brasileira, seja pela indicação da região do país em que determinada palavra circula, o efeito de sentido que nos assalta é o mesmo: o funcionamento político da língua, seu uso como instrumento de dominação, de identificação, de categorização dos falares em adequado e inadequado. A língua evocando a memória histórica e social de um território dominado, explorado e “unificado” por outrem.

## 5.2 Dicionário Prático da Língua Nacional

O **Dicionário Prático da Língua Nacional** (CARVALHO, 1945) apresenta-nos algumas relações de contraste, se comparado à obra de Ferreira ([1938] 1963). Citemos algumas delas: 1) a começar por seu título, ele propõe-se a ser prático, a “resolver” as dificuldades que possam vir a surgir da/na língua em uso; 2) a partir do título, também, identificamos uma opção (política) de não nomear a língua como **portuguesa**, mas **nacional**, o que evoca-nos efeitos de sentido de afastamento de uma memória do colonizador, valorizando a Nação brasileira. 3) Nos verbetes não há especificação de brasileirismos ou de qualquer outra expressão que indique que determinada palavra é característica de determinada região do país.

Vejamos a definição que se apresenta para cada verbete:

*Amarelar v.intr.amarelinha* (s. f.: jogo infantil que consta de uma séria de casas riscadas ao chão, por onde o jogador passará, pulando num pé só, e com êle, levando uma pedra aos toques, sem que esta nem êle saiam da raia ou parem sobre os riscos); (CARVALHO, [1945] 1955, p. 78, grifos nossos).

*Cabaça* s. f. Cast. Cabaza. Fruto de uma cucurpêra, com dois bojos, sendo o inferior maior que o superior. Vasilha formada da caixa sêca desse fruto. Utensílio, vaso que tenha a forma desse fruto. Brinco, pingente para orelhas. TEMA: cabaç; DERIVADOS: cabaçada (s. f.: conteúdo de uma cabaça; muitas cabaças); cabaço (s. m.: cabaça; arrependimento de uma promessa de casamento; recusa a um pedido de casamento; chul.: virgindade, hímen); cabacinha, cabaceira (s. f.: árvore que produz cabaças); cabaçal, etc. (CARVALHO, [1945] 1955, p. 304, grifos nossos).

*Peteca* s. f. Do *tupi*. Espécie de brinquedo feito de couro e penas e também de palha de milho, e que é atirado ao ar com a palma das mãos. Jogo; cousa ou pessoa de que não se faz caso e que é alvo de escárnio. DERIVADOS: petecada (s. f.: pancada com a peteca; uma jogada com a peteca); petecado (*adj.*: indivíduo ou objeto enfeitado com mau gosto e exageradamente); petecar (*v. trans.*: ornar com exagero e sem estética); petequiar (*v. intr.*: jogar a peteca).

(CARVALHO, [1945] 1955, p. 881).

No seu discurso de apresentação da obra, o autor valoriza uma língua sem falhas e sem equívocos e seu dicionário seria uma ponte para essa língua imaginária. Entretanto, a partir de Orlandi (2009, p. 18), entendemos que a “situação” de uso da língua ressalta que “na realidade (língua fluida) não temos controle sobre a língua que falamos, ela não tem a unidade que imaginamos, não é clara e distinta, não tem os limites nos quais nos asseguramos [...]”.

Nos verbetes não há especificação de brasileirismos (pela presença da abreviação ou outra marca específica) ou regionalismo. Tal fato é justificado, na apresentação da obra, como uma “economia de espaço” – visivelmente ineficaz quando percebemos a extensão de cada verbete. Em nossa leitura, tal posição significa como uma compreensão da LP do/no Brasil como uma e de circulação nacional, compartilhada pelos sujeitos brasileiros todos: cria-se uma ilusão de unidade e de estabilidade, desta vez, com sentidos de afirmação da língua nacional como **nossa**, dos sujeitos brasileiros.

Acreditamos que reside nas pequenas diferenças entre as definições presentes no **Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** (FERREIRA, [1938] 1963) e no **Dicionário Prático da Língua Nacional** (CARVALHO, [1945] 1955) a possibilidade de reforçarmos as suas peculiaridades e, principalmente, a possibilidade de aproximarmos o nome de cada dicionário a suas finalidades. A saber, Ferreira ([1938] 1963) declara que “amarelinha” é um brasileirismo, informação que não aparece na obra de Carvalho ([1945] 1955). Situação idêntica ocorre na definição de “peteca”.

Ainda tratando das divergências entre as definições apresentadas nos dois dicionários em questão, destacamos que, para “amarelinha”, ao contrário de Carvalho ([1945] 1955) – que se limita a definir tal palavra como uma brincadeira infantil – Ferreira ([1938] 1963) recupera outros usos/significados possíveis para essa palavra: amarelinha pode referir a um tipo de fruta, mais especificamente, uma manga da Bahia ou também pode ser um tipo de planta trepadeira – reforçando sua finalidade de destacar os usos da palavra na LP.

Compreendemos que na obra de Carvalho ([1945] 1955) o movimento “para fora” (ORLANDI, 2009) não se realiza na construção dos verbetes: há uma ideia de unidade que é coerente com o nome da obra: instrumentaliza-se a língua nacional – língua de todos (ou pretendida como de todos) os sujeitos cidadãos dessa nação brasileira. Essa língua,

atravessada e misturada, que nos foi imposta e oficializada, mas que carrega as marcas indeléveis de nossa história e do povo que a construiu.

É preciso, também, não ser inocente e deixar-se levar por sentidos que pululam na superfície: pensar uma língua nacional, de domínio comum e acessível a todos os sujeitos, é também fortalecer o ideal de Nação – faz-se funcionar, através do político inerente à língua e da língua em exercício de política, uma ideia de unidade. “Esse reconhecimento é parte da própria constituição da unidade do português brasileiro, portanto da nossa unidade nacional” (ORLANDI, 2009, p. 32).

Unidade conquistada via articulações políticas arbitrárias do dominador e, após a independência, pela elite que governou o país nos anos subsequentes. Unidade conquistada, também, pela língua, por meio de gerências de políticas linguísticas que não só ignoraram a pluralidade de línguas que fluíam e fluem no território dominado, mas também que as silenciaram e extinguíram, implicando em silenciamento de memória, de cultura e de sujeitos.

## 6 PALAVRAS FINAIS

Dispusemo-nos a refletir sobre o discurso que constrói a ideia de brasileirismo na LP via instrumentos linguísticos produzidos no Brasil e por autores brasileiros. Interessou-nos a relação entre língua, conhecimento linguístico, política linguística e historicidade da LP do/no Brasil, noções essas articuladas com teorias discursivas. Para as questões que norteavam este estudo, não encontramos a/uma resposta – como imaginávamos – mas uma leitura possível e que se apresenta seguida de questionamentos outros. Assim como toda a investigação, esta também enfrentou seus limites no que tange, por exemplo, à seleção de dicionários produzidos no século XX que contivessem a especificação de “brasileirismo”. As duas obras a que tivemos acesso, por outro lado, auxiliaram nossas reflexões acerca do momento histórico em que foram produzidas, como buscamos apresentar em suas análises.

Em nosso primeiro movimento, procuramos (re)pensar a relação dos instrumentos linguísticos, as Políticas Linguística em funcionamento para a LP no Brasil e a questão dos efeitos de sentido da categoria de palavra nomeada “brasileirismos”, apresentada nesses instrumentos. Dessa reflexão, destacamos alguns resultados que se apresentam



como cruciais para debate: considerando que nossa busca foi realizada em dicionários de LP produzidos por autores brasileiros no Brasil, em um primeiro momento, poderíamos supor que, inseridos em um processo de descolonização linguística via produção do conhecimento sobre a língua **nacional** e **oficial**, tais instrumentos prestar-se-iam a um projeto de aproximação entre a LP europeia, a língua do colonizador, e a LP **brasileira**, em funcionamento no Brasil pós-colonial.

Tal movimento aproximaria uma língua que corresponde à ordem do imaginário, tida como “pura” e livre de “influências” ou “mestiçagem” – a LP europeia – e uma língua que tomamos como fluida (ainda que em um registro que responde **também** a ordem do imaginário, pois é a essa língua que servem os instrumentos linguísticos tradicionais), a língua que circula entre os sujeitos brasileiros.

Compreendemos que tal movimento não é uma unanimidade: embora em pleno desenvolvimento o processo de descolonização linguística (ORLANDI, 2009) e, lentamente, façam-se sensíveis efeitos de sentido que indicam uma valorização da apropriação da LP como **nossa**, o discurso dos instrumentos linguísticos, significado pelo gesto de leitura que nos cabe, indica outro caminho.

Nesse sentido, por hora, tomamos como nossas conclusões iniciais que a sinalização de brasileirismos nos dicionários provoca efeitos de sentidos diversos, dos quais destacamos: 1) a indicação de brasileirismos pode indicar tanto uma valorização do local, buscando um afastamento da língua do colonizador, promovendo sentidos de resistência pela língua e seu funcionamento político. Assim sendo, destacar as palavras **brasileiras** remontaria a um traço de uma identidade imaginária de um sujeito brasileiro.

E são esses questionamentos que nos levam a uma segunda reflexão: 2) se extrairmos, cuidadosamente, **todos** os brasileirismos de qualquer um dos dicionários consultados nesse estudo, o que resta? Um dicionário de LP. Em um movimento diferente, se, ao extrairmos todos os brasileirismos e os compilarmos em uma obra, o que teremos? Uma lista de palavras da categoria brasileirismo ou um “dicionário de brasileirismos”?

Em nossa leitura, compreendemos que, afastando tais palavras da LP, cria-se uma lista de palavras que não tem referência em uma língua – visto que os instrumentos linguísticos consultados (e os instrumentos em geral) não reconhecem uma língua **brasileira**. Sendo assim, a que língua pertencem esses vocábulos que não são de matriz linguística indígena, espanhola, africana?! Restaria a eles a margem, o espaço do outro, o

não-lugar do diferente no que tange a língua oficial e nacional brasileira.

Provoca-nos, esta leitura, um sentido de que, apesar da tentativa política de promover a LP no Brasil (e no mundo) e afirmá-la nossa, apesar do processo de descolonização linguística do século XX, descrito por Orlandi (2009), apesar da língua em funcionamento e de sua significação em nosso território, miscigenada como nosso povo, ainda não temos pleno direito a ela: a nomeação nos é negada e assim, sutilmente, algo de nossa identidade linguística nos é negado. Como reflete Orlandi (2009, p. 177), o Brasil é linguisticamente descolonizado, mas os efeitos ideológicos da colonização se fazem sentir, quando as condições favorecem. Ao que é **brasileiro** de “origem”, ao que é dessa terra, relega-se, ainda, no discurso da ciência da língua, o lugar de modismo, idiotismo, corrupção de uma língua pura, inatingível.

E, assim, trazemos à baila uma questão que pareceria dar conta de diversos aspectos problemáticos sobre a questão dos brasileirismos em LP: é preciso diferenciar tais palavras porque, ainda que, após muitos séculos, a LP não **pertença** ao sujeito brasileiro, sua nomeação não significa o seu funcionamento entre nós. Pode parecer muito simples: o nome da língua. Mas por que **nossa** língua ainda é **portuguesa** quando o funcionamento e a constituição dessa língua **aqui e agora** se apresenta tão distinto daquela língua que fora imposta há mais de cinco séculos por sujeitos de **lá**?

Respondendo aos objetivos apresentados no início deste trabalho, consideramos que o discurso em funcionamento permitiu-nos entender não só que o próprio processo de constituição da LP remete à universalização/unidade (imaginária) da língua para a formação da sua identidade, mas também que essa unidade confere e reconhece o deslocamento/a variedade linguística presente neste vasto país. Questões essas que nos permitem entender a relação que trava, na língua, conforme Orlandi (2002, p. 30), uma “identidade para dentro e para fora”, ou seja, a identidade linguística para dentro distingue o português de Portugal de tupinismos, por exemplo, ao passo que a identidade linguística para fora diferencia o português de Portugal de brasileirismos.

Acreditamos que o funcionamento da categoria de palavra e da nomeação **brasileirismo** fundamenta-se em questões políticas e de políticas de língua, significando essa indelével marca de país colonizado que resta não apenas em nossa sociedade, nossas organizações estatais e religiosas, mas também em nossa língua e na produção do conhecimento científico sobre ela. Sobretudo, acreditamos que o processo de

descolonização linguística ainda merece muitas discussões e é esse o impacto desta investigação para os estudos linguísticos. Nós, enquanto estudiosos do discurso, observamos que existe, sim, um novo traçado em direção à **língua brasileira**.

**REFLECTIONS ABOUT THE CONCEPTATIONS OF "BRAZILIANISM" IN  
DICTIONARIES: the construction of a memory about the Portuguese language**

**ABSTRACT**

*From the theoretical perspective of French Discourse Analysis and History of Linguistics Ideas, we propose a reflection about the notion of **brazilianism** and its possible relation with what we understand by language, linguistic knowledge, language policy and history of the Portuguese language the/in Brazil analyzing discursive materialities of the preface and/or presentation of Brazilian dictionaries produced during the second half of the twentieth century. In order to understand how the form-subject relates to the language which describes and which part, considering the subject in its historical dimension and the production of meaning from the discourse in operation, supported by the reflections of Sylvain Auroux (1992), Eni Orlandi (1998) and Eduardo Guimarães (2005), among others, and on this way, we also reflect about the speech, the subject and the language tools. We emphasize our initial conclusions, for example, not only that the process of constitution of the Portuguese language refers to the unit (imaginary) language for the formation of their identity, but also that this unit recognizes linguistic variety present in the country.*

**Keywords:** *Brazilianism. Dictionaries. Discourse Analysis.*

**REFERÊNCIAS**

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

GUIMARÃES, E. A língua portuguesa no Brasil. **Revista Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2, p. 24-28, jun. 2005.

MARIANI, B. Entre a evidência e o absurdo: sobre o preconceito linguístico. **Caderno de Letras da UFF - Dossiê Preconceito Linguístico e Cânone Literário**, n. 36, p. 27-44, 2008. Disponível em: <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/36/artigo1.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2015.

NUNES, J. H. Uma articulação da análise de discurso com a história das ideias linguísticas. **Letras**, Santa Maria, v. 18, n. 2, p. 107–124, jul./dez. 2008. Disponível em: <<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/viewFile/11982/7396>>. Acesso em: 01 abr. 2016.

ORLANDI, E. Ética e política linguística. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**,

---

SILVA, K. F. G. da; GREFF, L. B. Reflexões iniciais sobre a noção de “brasileirismo” em dicionários: a construção de uma memória sobre a língua. **Revista Primeira Escrita**, Aquidauana, n. 3, p. 91-110, dez. 2016.

Campinas, n. 1, p. 08-17, 1998.

ORLANDI, E. **Língua e conhecimento linguístico: por uma História das Ideias no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

ORLANDI, E. **Língua Brasileira e Outras Histórias**. Campinas: RG, 2009.

PÊCHEUX, M.; GADET, F. **A língua inatingível: o discurso na história da lingüística**. Campinas: Pontes, 2004.

SCHERER, A.; PETRI, V.; SCHNEIDERS, C. M.; A “Língua Nacional” de João Ribeiro: alguns apontamentos. **Polifonia**, Cuiabá, v. 22, n. 31, p. 53-72, jan./jun., 2015. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/index.php/polifonia/article/view/File/3121/2156>>. Acesso em: 25 mar. 2016.

### DICIONÁRIOS CONSULTADOS

CARVALHO, J. M. **Dicionário Prático da Língua Nacional**. (1945). Rio de Janeiro: Globo, 1955.

FERREIRA, A. B. de H. **Pequeno dicionário brasileiro da Língua Portuguesa**. (1938). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1963.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. (1998). São Paulo: Companhia Melhoramentos, 2009.

### GRAMÁTICAS CONSULTADAS

BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. rev., ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Lucerna, 2009.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

*Recebido em: 31 maio 2016.*

*Avaliado em: 06 out. 2016.*

*Publicado em: 31 dez. 2016.*

### Como referenciar este artigo científico:

SILVA, Kelly Fernanda Guasso da; GREFF, Luiza Boézzio. Reflexões iniciais sobre a noção de “brasileirismo” em dicionários: a construção de uma memória sobre a língua. **Revista Primeira Escrita**, Aquidauana, n. 3, p. 91-110, dez. 2016.

SILVA, K. F. G. da; GREFF, L. B. Reflexões iniciais sobre a noção de “brasileirismo” em dicionários: a construção de uma memória sobre a língua. **Revista Primeira Escrita**, Aquidauana, n. 3, p. 91-110, dez. 2016.